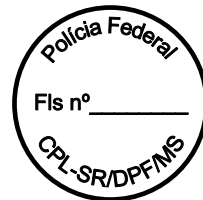




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



EDITAL de PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2010

PROCESSO nº 08335.012019/2010-17

Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em locação de impressoras multifuncionais, para serviços de reprografia, para atender a Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e unidades descentralizadas.

2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Dotar os diversos setores e unidades da SR/DPF/MS com impressoras multifuncionais novas, com serviços de manutenção preventiva e corretiva, assistência técnica, reposição de peças e todo o material de consumo (toner, revelador e cilindro), exceto papel, inclusos, para serviços de reprografia, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

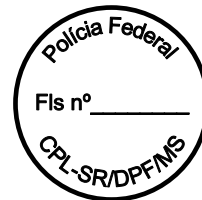
3. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS

3.1. Os equipamentos a serem instalados na SR/DPF/MS, e unidades descentralizadas, devem ter, no mínimo, as seguintes configurações:

- **Multifuncional com Funções:** cópia, impressão em rede, digitalização colorida em rede e fax;
- **Impressões, cópias:** frente/verso automático (Duplex)
- **Tecnologia de Impressão:** Laser
- **Velocid. Copiadora Preto (cpm):** 32
- **Resolução Cópia (dpi):** 600X600



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- **Resolução Impressão (dpi):** 1200 x 1200
- **Redução/Ampliação:** Sim
- **Resolução Óptica Scanner (dpi):** 600 x 600
- **Digitalização Frente e Verso:** Sim (desejável automática)
- **Envelopes:** Sim
- **Porta USB 2.0:** 01
- **Linguagem Padrão:** PCL6/PCL5/PS3
- **Papel A4 (210 x 297 mm):** Sim
- **Papel A5 (148 x 210 mm):** Sim
- **Papel Executivo:** Sim
- **Papel Legal:** Sim
- **Rede:** 10/100Mbps
- **Velocid. Impressão Preto (ppm):** 32
- **Voltagem (V):** 110
- **Manuseio de papel:**
 - Capacidade de entrada de papel de 500 folhas em bandeja interna;
 - Capacidade de saída de 50 folhas;
 - Alimentador multiuso para 50 folhas;
 - Alimentador automático de originais para 50 folhas;

3.2. No momento da entrega, o representante da Polícia Federal irá determinar a localização das máquinas dentro do prédio da Superintendência Regional, e descentralizadas, ficando a cargo da contratada a instalação dos equipamentos nos locais determinados.

3.3. As estimativas mensais de consumo por máquina englobam número de cópias e número de impressões dentro do total estimado.

3.4. A Contratada deverá fornecer o móvel necessário para a instalação do equipamento.

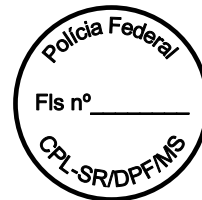
4. ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, nos seguintes endereços:

UNIDADE	ENDEREÇO	QTDE
SR/DPF/MS	Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho •	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



	Campo Grande • MS	10
DPF/DRS/MS	Rua Aziz Rasselen, 360 -Jd. Tropical • Dourados • MS	02
DPF/NVI/MS	Av. Mato Grosso, 1.215 -Centro • Naviraí • MS	02
DPF/PPA/MS	Av. Presidente Vargas, 70 -Centro • Ponta Porã • MS	02
DPF/TLS/MS	Rua Joaquim Murtinho, 3.261 - Jd. Angélica • Três Lagoas • MS	02
DPF/CRA/MS	Praça da República, 51 - Centro • Corumbá • MS	02

5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento será mensal e por mês vencido, sendo efetuado em um prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega das respectivas faturas devidamente atestadas pelo setor competente, comprovando a realização da entrega de forma satisfatória, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA.

5.2. Para execução do pagamento, a fornecedora deverá emitir Nota Fiscal correspondente, sem rasura, em letra bem legível em nome da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 00.394.494/0084-63, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

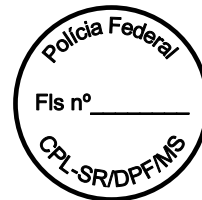
5.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Departamento de Polícia Federal.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta.

5.5. Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.6. O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade da fornecedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line”, ou apresentação da documentação referenciada para conferência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo Contratante;

6.2. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

6.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

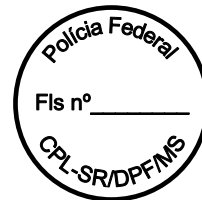
6.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

6.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, peças ou equipamentos do objeto do presente contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultante da fabricação ou instalação;

6.6. Manter em perfeita conservação técnica o equipamento instalado, como ainda reparar ou substituir, por sua conta, as partes afetadas pelo uso normal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a chamada para assistência na Sede da Superintendência Regional em Campo Grande/MS.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



6.7. Prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos, através de profissionais especializados, incluindo instalação (elétrica, eletrônica ou mecânica) fornecendo as peças de reposição e os materiais de limpeza e lubrificação necessários à realização de tais serviços, inclusive os materiais de consumo como toner, cilindro, revelador e outros necessários, exceto papel;

6.7.1. Para os equipamentos instalados nas unidades do DPF nas cidades Dourados, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas e Corumbá deverão ser fornecidos 2(dois) toners de reserva, além do instalado no equipamento, para eventuais emergências.

6.8. Fornecer, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, todo e qualquer material de acessórios necessários para a instalação e pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos, exceto a instalação elétrica adequada ao funcionamento das máquinas;

6.9. Ministrar treinamento aos servidores da CONTRATANTE, caso necessário, sem ônus para a mesma, incluindo a colocação de suprimentos de uso rotineiro;

6.10. Efetuar, mensalmente, a leitura do medidor de máquina, solicitando o visto do responsável local para efeito de cobrança, e enviando uma cópia da leitura ao NAD/SELOG/SR/DPF/MS, juntamente com a nota fiscal;

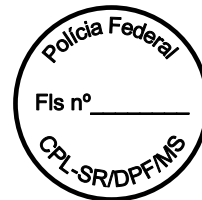
6.11. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste certame;

6.12. Os equipamentos instalados deverão estar em perfeito estado de funcionamento e produtividade;

6.13. Estando os equipamentos já em funcionamento e ocorrendo a necessidade de que o mesmo seja instalado em outro local do prédio, deverá a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



licitante vencedora providenciar o desligamento, transporte e reinstalação do mesmo, em local indicado pelo CONTRATANTE;

6.14. Ocorrendo três chamados para conserto do mesmo defeito num período de 30 (trinta) dias, a máquina deverá ser substituída.

6.15. Ocorrendo a necessidade de substituição de equipamento, a CONTRATADA terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para efetuar a substituição. Ultrapassando este prazo, a CONTRATADA deverá suprir as necessidades da CONTRATANTE com a alocação de outro equipamento de porte igual ou superior, até que seja efetivada a substituição, desde que não exceda a 10 (dez) dias corridos.

6.16. A contratada deverá executar os serviços nos endereços descritos em dias e horários de expediente das Unidades da CONTRATANTE;

6.17. A contratada deverá revisar trimestralmente os equipamentos objeto deste Contrato, incluindo limpeza, lubrificação, ajustes e troca de peças gastas;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de conformidade com o estabelecido no item 5 deste Termo de Referência;

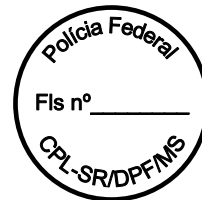
7.2. Proporcionar todas as facilidades para que os funcionários da CONTRATADA tenham acesso aos equipamentos e possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste Contrato;

7.3. Promover as instalações elétrica e de lógica adequadas ao funcionamento das máquinas;

7.4. Designar um servidor da Administração para acompanhar e fiscalizar os serviços deste instrumento, bem como atestar a Fatura;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



7.5. Evitar que pessoas não credenciadas pela CONTRATADA efetuem manutenção e/ou reparos nos equipamentos objeto deste Contrato;

7.6. Comunicar prontamente à CONTRATADA, toda e qualquer anormalidade verificada no funcionamento das máquinas objeto deste Contrato.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a SR/DPF/MS e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/93, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do referido diploma legal.

8.2. Na hipótese de a Contratada recusar-se a receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato, será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

8.3. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a Administração poderá rescindir o Contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parte executada com atraso.

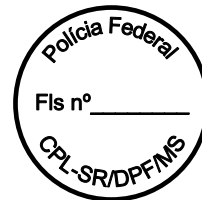
8.4. O atraso injustificado no cumprimento do objeto contratado ou de prazos estipulados, exceto o definido no parágrafo primeiro desta cláusula, sujeitará a Contratada à multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da nota fiscal, se for o caso, sobre o valor correspondente à parte executada com atraso.

8.5. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

Parágrafo único - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada ao NAD/SELOG/SR/DPF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



8.6. Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.

8.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor da Justiça Federal – Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul, ou cobrados judicialmente.

8.8. A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.

8.9. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

8.10. A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

9. TIPO DE LICITAÇÃO

9.1. A licitação, na modalidade Pregão, será adjudicada pelo critério do **menor preço por cópia/impressão**, observando o menor valor global anual para 400.000 cópias/impressões, de forma a se ter economia, qualidade e eficiência dos serviços, no interesse e na conveniência da Administração.

10. DO VALOR DE REFERÊNCIA

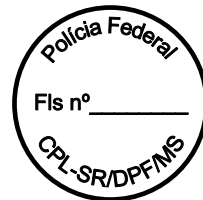
10.1. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul se propõe a pagar, **para aquisição de cada cópia/impressão a ser fornecida**, o valor máximo de **R\$ 0,18 (treze centavos)**.

OBSERVAÇÃO: O valor constante acima é resultante de média de valores de mercado para o serviço exigido, incluindo os acessórios solicitados.

11. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



11.1. Fica dispensada para a licitante vencedora prestação de garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme o disposto no artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

Campo Grande/MS, 06 de julho de 2010.

CLAUDIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
PREGOEIRA